

AS CONGREGAÇÕES E ORDENS RELIGIOSAS DE PORTUGAL EM DIÁSPORA NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX: INSTITUIÇÕES ECLESIÁSTICAS, MODERNIDADE E TENSÕES SOCIAIS

LAS CONGREGACIONES Y ÓRDENES RELIGIOSAS PORTUGUESAS EN BRASIL A PRINCIPIOS
DEL SIGLO XX: INSTITUCIONES ECLESIÁSTICAS, MODERNIDAD Y TENSIONES SOCIALES

PORTUGUESE CONGREGATIONS AND RELIGIOUS ORDERS IN BRAZIL IN THE EARLY 20TH
CENTURY: ECCLESIASTICAL INSTITUTIONS, MODERNITY AND SOCIAL TENSIONS

Maurício de Aquino*

Resumo: Este artigo propõe uma análise dos motivos, contextos e implicações luso-brasileiras da diáspora de congregações e ordens religiosas de Portugal para o Brasil no início do século XX com ênfase nos casos dos padres da Companhia de Jesus na Bahia e das Irmãs de Jesus, Maria e José em São Paulo.

Palavras-chave: Congregações e ordens religiosas; Brasil; Portugal.

Abstract: This article proposes an analysis of the Luso-Brazilian reasons, contexts and implications of the diaspora of congregations and religious orders from Portugal to Brazil in the early 20th century, with emphasis to the cases of the priests from Companhia de Jesus, in Bahia, and Irmãs de Jesus, Maria e José, in São Paulo.

Keywords: Congregations and religious orders; Brazil; Portugal.

Brasil e Portugal: instituições religiosas na modernidade republicana

Sabe-se que o período histórico que corresponde à passagem do século XIX para o século XX pode ser designado pelas expressões francesas *fin de siècle* e *belle époque*. Toda uma literatura especializada confirma que essas expressões atribuem e reconhecem à cultura francesa um papel de referência vanguardista nas artes, costumes, refinamento, bom viver da época sem eclipsar sua expressão política que remete à Revolução de 1789.

A França das revoluções, da diplomacia, do progresso e da modernidade. Não obstante as rivalidades e os confrontos políticos entre regimes franceses e luso-brasileiros no início do século XIX, a língua e a cultura francesa foram valorizadas pela dinastia dos Bragança e Bourbon. Por exemplo, em 1816, dom João VI trouxe para a cidade do Rio de Janeiro uma Missão Artística Francesa. A ascensão da cultura francesa sobre a luso-brasileira permaneceu vigorosa até meados do século XX.

Por tudo isso, não é de se estranhar a significativa influência do ideário político francês sobre as lideranças do Brasil e de Portugal por ocasião do fim da monarquia e início da república nesses países. O Brasil fez-se uma república no ano do centenário da revolução francesa, isto é, em 1889, balizada pelos ideais positivistas franceses e pelos princípios dos Estados

Unidos da América, o país em ascensão no continente americano. Por sua vez, os republicanos portugueses se inspiraram nos renovados ideais revolucionários franceses que levaram à tomada da Bastilha e à fundação e refundação da república para criarem o seu ideário e simbologia no advento da implantação do regime republicano em Portugal no ano de 1910.

Nesses países, de histórias entrecruzadas, a implantação da república foi concebida e proclamada como o despontar da modernidade como demonstram os estudos dos historiadores Elias Thomé Saliba (2012) e Margarida de Souza Neves (2003). Urge retomar panoramicamente as linhas de força da construção da chamada modernidade.

Modernidade, um sentido deslizado de moderno que obteve *status* próprio. De fato, 'moderno' é uma palavra de sentidos deslizantes que significa nuclearmente 'o agora, o recente', contrapondo-se, assim, ao que já ocorreu, ou seja, ao antigo (LE GOFF, 2003, p. 174; WILLIAMS, 2007, p. 281; BEDESCHI, 2000, p. 766). Moderno e antigo. Antigo e moderno. Eis aí uma espécie de estrutura diádica ou eixo dialético da própria história do Ocidente. É o que defendeu o historiador Jacques Le Goff em texto clássico dos anos 1970:

O par antigo/moderno está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar equivalentes para ele em outras civilizações e em outras historiografias. Durante o período pré-industrial, do século V ao XIX, marcou o ritmo de uma oposição cultural que, no fim da Idade Média e durante as Luzes, irrompeu na ribalta da cena intelectual. Na metade do século XIX, transforma-se, com o aparecimento do conceito de 'modernidade', que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. Na segunda metade do século XX, generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo em que é introduzido em outros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a idéia de 'modernização', nascida do contato com o Ocidente (LE GOFF, 2003, p. 173).

Da cultura à economia, passando pela política e pela religião, o "par e o seu jogo dialético são gerados por "moderno", e a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado" (LE GOFF, 2003, p. 175). Por ter sido gerada em meio às batalhas intelectuais entre 'antigos' e 'modernos', principalmente nas artes e na literatura, a modernidade instaurou uma nova maneira de pensar o mundo e o homem no mundo, manifesta, entre o final do século XVIII e o início do século XX, pela noção de progresso (HERVIEU-LÉGER, 1986, p. 198).

Para a socióloga Danièle Hervieu-Léger¹ (1986, p. 198), foi a ideia de progresso que mobilizou as ações da chamada modernidade: "No fim do século XVIII, a modernidade já era (mesmo se o vocábulo ainda não existe)

um tema mobilizador, na medida em que ele está associado à noção de progresso". Não sendo ainda realidade, mas desejo lançado ao futuro, a modernidade, sob a roupagem da ideia de progresso, apresentou-se também como mitologia burguesa ao tornar-se um valor transcendente, uma moral, um mito que encobriu as contradições históricas de sua origem e de seu funcionamento. Em busca de uma definição operatória para o ambíguo e problemático conceito de modernidade, Danièle Hervieu-Léger sugeriu tratá-lo a partir de três planos:

Progressivamente constituída através desse processo histórico de longa duração, a noção de modernidade é ela mesma portadora da complexidade das transformações que a fez nascer: ela designa ao mesmo tempo uma realidade técnico-econômica, uma construção jurídico-política e uma situação psicológico-cultural (HERVIEU-LÉGER, 1986, p. 199).

Nesse ambiente histórico de ruptura com o passado em termos técnico-econômico, jurídico-político e psicológico-cultural, a Igreja Católica era, por diversas razões, associada ao *ancien régime*. Tal associação fez dela um dos alvos principais do liberalismo: das críticas filosóficas aos ataques a seus territórios e autoridade. Os papas Pio VI e Pio VII, por exemplo, foram postos em cativeiro, respectivamente, pelas tropas jacobinas e napoleônicas. Pio VII que, aliás, foi convidado para a cerimônia de coroação na qual Napoleão Bonaparte coroou-se a si próprio para evidenciar seu poder e desautorizar o papado, ocasião imortalizada no quadro de Jacques-Louis David. A Igreja respondeu com excomunhões, encíclicas e tentativas de reestruturação, sobretudo nos pontificados de Pio IX, Leão XIII e Pio X.

O papado e o episcopado assumiram, predominantemente, posturas intransigentes em relação ao mundo moderno, mas, em outras alas, alguns padres e leigos envidaram esforços de acomodação com esse novo momento histórico através da produção de textos cristãos mais sensíveis à linguagem da época ou ainda na criação de associações e institutos religiosos, seculares ou de vida consagrada, direcionadas à assistência social, à educação e à saúde, tão importantes para intervir nos problemas e novos cenários sociais gerados pelo aumento demográfico e pelo avanço das estruturas do liberalismo político e econômico. E foi considerando esse panorama que a pesquisadora Danièle Hervieu-Léger (1986, p. 258) afirmou: "toda a história da Igreja Católica depois do século XVIII está perpassada pelo enfrentamento entre essa lógica intransigente de recusa do mundo moderno e as diferentes lógicas de acomodação".

As sociedades modernas também adotaram lógicas diferentes em face da religião e da Igreja Católica, como no caso da separação entre Estado e Confissões Religiosas. De modo didático, o historiador Giacomo Martina

(2005, p. 82-99) estabeleceu uma tríplice tipologia para esse caso: 1) a separação pura (como nos EUA); 2) a separação parcial (como na Bélgica); 3) a separação hostil (como na França).

Nesse contexto de tensas relações entre a Igreja e a modernidade pode-se destacar a situação emblemática das Congregações e Ordens religiosas. De um lado, a sociedade moderna questionava a utilidade de organizações de vida contemplativa, desconfiava da influência de suas atividades assistenciais, hospitalares e educacionais, bem como temia o lastro internacional, sociopolítico e econômico das Congregações e Ordens católicas. De outro lado, para a Igreja, essas organizações foram imprescindíveis para a reestruturação eclesiástica diante dos ataques liberais, bem como pela renovação cultural e espiritual do catolicismo romano que resultou em uma mais ubíqua e valiosa presença da Igreja na sociedade.

Sabe-se que essas instituições eclesiásticas estão na base da formação cultural e política lusitana, e, por efeito da colonização e do regime de Padroado, também do Brasil. Embora possamos considerar panoramicamente essas semelhanças de fundo da influência de Congregações e Ordens religiosas em ambientes luso-brasileiros urge ressaltar que às vésperas da implantação da república havia uma nítida diferença no papel sociopolítico exercido por essas instituições no Brasil e em Portugal. E esse papel pode ser considerado um elemento atenuante, no Brasil, e agravante, em Portugal, das ações dessas incipientes repúblicas em relação à Igreja e, particularmente, às suas instituições religiosas de vida consagrada.

Quando a república brasileira foi implantada, em 15 de novembro de 1889, as Congregações e Ordens religiosas estavam como que em extinção. Esse foi o resultado de um bem-sucedido ordenamento jurídico, criado a partir de 1855, que cerceava a entrada, a atividade e a reprodução dessas organizações eclesiásticas. A Questão dos Bispos ou Questão Religiosa (1872-1875) só fez aumentar a desconfiança e a rigidez do Estado Imperial brasileiro em relação à Igreja Católica.

No advento da república, as Congregações e Ordens não rivalizavam com o poderio estatal e a Igreja, cujas relações com o Império estavam desgastadas desde a Questão Religiosa, também não foi vista como instituição a ser eliminada. Aliás, no dia 18 de novembro, apenas três dias após a instauração da república, o ministro de relações exteriores do governo provisório republicano, senhor Quintino Bocaiúva, escreveu ao internúncio apostólico do Brasil, monsenhor Francesco Spolverini, para informar sobre o novo regime e confirmar a manutenção das relações entre o Brasil e a Santa Sé. Não obstante os decretos publicados pelo novo regime quanto à separação entre Estado e Igreja, secularização do calendário, do matrimônio, do cemitério e do ensino, as relações entre a república brasileira e a instituição eclesiástica mantiveram nas décadas seguintes um 'equilíbrio móvel de tensões' num posicionamento do Estado acerca da religião que poderíamos designar como 'laicidade pragmática' (AQUINO,

2012). A modernidade republicana brasileira envidou encampar ações que vão ao encontro da lógica da modernidade anteriormente destacadas nas reflexões de Danièle Hervieu-Léger: técnico-econômico, jurídico-político e psicológico-cultural. *Mutatis mutandis*, essa mesma lógica estará presente no movimento republicano português.

Em Portugal, todavia, por ocasião da proclamação da república, em 5 de outubro de 1910, as Congregações e Ordens religiosas estavam fortalecidas tendo superado as tentativas jurídicas de cerceamento e controle iniciadas com as leis de 1834. Estas organizações eclesiásticas rivalizavam com os propósitos republicanos de implantação de um Estado moderno laico em vista de uma sociedade secularizada. Tendo surgido e triunfado sobre dois mitos, o da pátria decadente do período monárquico e o do ressurgimento e revitalização modernizantes, a república portuguesa nascente envidou uma política agressiva, assim caracterizada pelo historiador António Oliveira Marques:

dirigiu-se, no plano interno, em primeiro lugar contra a Igreja, reconhecida como o baluarte mais perigoso do conservantismo e do reacionarismo. Dirigiu-se igualmente contra os monárquicos, contra a oligarquia financeira e econômica, contra o anarco-sindicalismo e a organização operária em geral, contra o caciquismo rural tradicional etc. (MARQUES, 2001, p. 370).

O espírito anticongregacionista que floresceu nos tempos do Marquês de Pombal foi então revitalizado pelos republicanos portugueses incitados pelo exemplo francês de rigoroso controle das instituições católicas, como decretado em terras gálicas nos anos de 1901 e 1905. Foi nessa atmosfera que apenas três dias após o início da república, isto é, em 8 de outubro de 1910, os Jesuítas foram expulsos. Foi o primeiro ato de um movimento que se intensificaria: novas expulsões e perseguições atingiram diversas Congregações e Ordens que se viram obrigadas, diante de violências físicas e simbólicas, a migrar para outros países.

Muitas dessas organizações eclesiásticas portuguesas escolheram o Brasil como destino dessa diáspora. Era um destino de certa forma natural uma vez que se tratava de um país de fortes tradições culturais portuguesas, sobretudo, na língua e na religião, e no qual existiam comunidades lusitanas consolidadas. Além disso, a antiga colônia portuguesa passava por um momento de estabilidade econômica baseada na exportação do café, na expansão da malha ferroviária e na industrialização e modernização com expressivo investimento de capital estrangeiro. Aliás, esse crescimento atraiu mais de um milhão de portugueses entre 1870 e 1914 (LEITE, 2000, p. 177). Muitos padres, freis e freiras compuseram essa estatística, sobretudo, nesse tenso período de diáspora de Congregações e Ordens religiosas lusitanas.

Os jesuítas na Bahia

A incipiente república portuguesa agiu muito rapidamente contra a Igreja Católica, considerada como um dos baluartes do antigo regime lusitano. A primeira ação nesse sentido foi emblemática e significativa: a expulsão dos Jesuítas (AZEVEDO, 1986; COUTO, 2014). Reeditava-se um ato do século XVIII protagonizado pelo polêmico primeiro-ministro de d. José I, o marquês de Pombal, em sua tarefa reformista do império português. Urge explicitar que a *Societas Iesus*, a Companhia de Jesus, ou simplesmente Jesuítas, não é uma ordem religiosa masculina da Igreja Católica surgida em Portugal. A sua origem localiza-se na Espanha em um movimento liderado por Ignácio de Loyola. Entretanto, a proximidade geográfica e dinástica dos reinos de Portugal e Espanha fez com que muito cedo os padres jesuítas se instalassem em Portugal sendo que ainda em 1549, apenas 09 depois da aprovação da Ordem pela Santa Sé, a Companhia de Jesus já se fizesse presente no Brasil, na cidade de Salvador que ajudaram a fundar. A União Ibérica e o avanço da colonização luso-hispânica na América reservaram aos padres jesuítas variados trabalhos, especialmente na educação e no trabalho missionário. Em 1759, eles foram expulsos de Portugal. Em 1777, a Ordem foi extinta, sendo reaberta no ano de 1814. Assim, aqui se trata da Companhia de Jesus como Ordem de Portugal pela expressividade de sua presença em território luso e não por conta de ter sido fundada nele.

Mas, se no início do século XX, os Jesuítas não constituíam um 'Estado dentro do império português' como no século XVIII, nem eram acusados de regicídio, todavia, eles estavam associados ao ultramontanismo, ou, em outras palavras, para alguns anticlericais, ao papismo e romanismo. Eram vistos como os principais representantes do catolicismo intransigente. De fato, na segunda metade do século XIX, os Jesuítas viram o papado e o Concílio Vaticano I aprovar universalmente dogmas que há tempos eles próprios cultivavam: a Imaculada Conceição de Maria, mãe de Jesus; a Infalibilidade Papal e a consagração do mundo ao Sagrado Coração de Jesus (WRIGHT, 2006, p. 240-252).

Com a implantação do regime republicano em Portugal os Jesuítas foram obrigados a encerrar as atividades de seus colégios em Campolide e São Fiel. De Portugal partiram para a Espanha onde reconsideraram antigos projetos e convites de instalação de uma missão no Brasil, particularmente, na Bahia – local que havia abrigado os Jesuítas nos idos de 1549, apenas 09 anos depois da aprovação oficial da Sociedade de Jesus. Lugar simbólico de expansão da Ordem, os superiores decidiram pela formação de uma Missão Brasileira Setentrional (ou Missão Portuguesa) dos Jesuítas na Bahia.

Entretanto, no Brasil os ânimos estavam exaltados por conta das eleições presidenciais. Em outubro de 1910 a presidência nacional estava nas mãos de Nilo Peçanha, maçom fluminense, que havia assumido o cargo em junho de 1909, por conta do falecimento de Afonso Pena, mineiro

católico. O pleito de 1910 foi um dos poucos momentos eleitorais de amplo debate político na Primeira República Brasileira (1889-1930): de um lado, os 'hermistás', afiliados à candidatura do marechal Hermes da Fonseca; de outro lado, os 'ruístas' ou 'civilistas', opositores de nova ascensão militar à presidência, alinhados ao candidato Rui Barbosa, o 'águia de Haia', famoso advogado, orador e intelectual. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho (2006, p. 46-48), Hermes da Fonseca saiu vitorioso do sufrágio por conta de sua habilidade em negociar articulada, mas distintamente com maçons, liberais e católicos, bem como mobilizar uma bem-sucedida antipropaganda a Rui Barbosa.

Foi ainda sob a presidência de Nilo Peçanha que os Jesuítas expulsos pelos republicanos portugueses resolveram abrir uma nova missão no Brasil. Esse presidente opôs-se à entrada desses Jesuítas portugueses respaldado, de certa maneira, pelo clima político brasileiro de questionamento da autoridade eclesiástica e da solidariedade diplomática com a incipiente República lusitana. Nesse contexto, pode-se citar, a título de exemplo, a crítica anarquista publicada no jornal "A Lanterna" (CONCÍLIO, 1910), justamente em outubro de 1910, aproveitando o momento político de modo a pressionar os candidatos em campanha presidencial:

Segundo parece está reunido em São Paulo uma monumental assembleia de todos os bispos e também, ao que nos consta, do Arco-Amarello. Magnos assumptos deverá resolver esse Concilio. Entre elles: o projecto de transferencia do Vaticano para o Brasil, a nomeação para cardeais e bispos de diversos republicanos e governantes brasileiros [...] a transferência do Governo para a igreja da Sé, a compra de um altar para a Câmara dos Deputados.

Tratou-se de ácida crítica às aproximações entre Estado e Igreja na República brasileira, em tom de denúncia, com profunda ironia em relação ao Cardeal Arcoverde e aos relacionamentos entre o Brasil e o Vaticano. Esse foi um dos temas em discussão no ambiente eleitoral da época. Nesse contexto, Nilo Peçanha, em suas últimas semanas de presidência, resolveu tomar partido radicalizando sua posição maçônica em favor de ideais republicanos de teor anticlerical opondo-se à entrada dos Jesuítas. Todavia, alguns dos principais senadores e magistrados brasileiros, como Teixeira Mendes, Pinheiro Machado, Fernando Mendes de Almeida, não acompanharam o presidente.

Os primeiros Jesuítas portugueses chegaram à cidade do Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1910 e tiveram de desembarcar clandestinamente na então capital federal. Isso porque um decreto proibira seu desembarque, mas na última hora os defensores dos Jesuítas obtiveram uma liminar. Ficaram nessa condição clandestinidade até o dia 12 de novembro de 1910

quando lhes foi concedido *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal. Dois dias antes, aliás, o deputado Pedro Moacyr obteve aprovação da Câmara dos Deputados à sua moção em favor dos Jesuítas. No dia 15 de novembro seguinte Nilo Peçanha encerrou seu mandato. No final daquele mesmo mês de novembro outros padres da Sociedade de Jesus dirigiram-se ao Rio de Janeiro, mas tiveram de continuar viagem até Buenos Aires em razão da Revolta dos Marinheiros, no final de novembro de 1910, na baía da Guanabara.

Superadas essas adversidades iniciais, em janeiro de 1911 os Jesuítas estavam na cidade de Salvador, tendo sido muito bem recepcionados pelo arcebispo local, d. Jerônimo Tomé da Silva que, aliás, havia solicitado ao padre Luiz Gonzaga Cabral, superior provincial, a presença dos Jesuítas na Bahia. Em um primeiro momento, o padre Cabral recusou o pedido, mas a implantação do regime republicano em Portugal fê-lo rever a situação e decidiu, enfim, criar uma nova Missão Jesuíta no Brasil. Não obstante as reações antijesuíticas de alguns jornais e grupos soteropolitanos, foi aberto o Colégio Antônio Vieira em 15 de março de 1911. No ano seguinte a sede do Colégio foi transferida para um prédio maior em decorrência de ampla procura passando a funcionar também no sistema de internato. Em 1930 a grande e definitiva expansão do Colégio Antônio Vieira com a construção de prédio próprio para abrigar as atividades educacionais jesuíticas no chamado bairro do Garcia.

Vale observar também a ação educacional da Missão Portuguesa em direção ao sertão baiano. Foi o que aconteceu por ocasião da abertura do Instituto São Luiz Gonzaga, na cidade de Caetité, há uma distância de aproximadamente 800 quilômetros de Salvador. O Instituto funcionou entre 1912 e 1926. Nesse período, favoreceu a criação da diocese de Caetité e formou centenas de jovens que, depois, prosseguiram os estudos na capital baiana. Um dos mais ilustres foi Anísio Spinola Teixeira, ou simplesmente Anísio Teixeira, responsável por importantes reformas educacionais brasileiras em meados do século XX.

Além de Anísio Teixeira, o Colégio Antônio Vieira, de Salvador, também acolheu estudantes que se tornaram insígnis escritores, professores, políticos e intelectuais, tais como: Jorge Amado, Hélio Simões, Hermes Lima e Thales de Azevedo. Em 1936, a Missão Portuguesa foi dada como concluída. A situação política de Portugal havia se modificado e no Brasil já estava consolidada a presença jesuítica na Bahia.

As Congregações femininas portuguesas no Brasil: o caso das Irmãs de Jesus, Maria e José em São Paulo

As religiosas da Pia União Jesus, Maria e José ou Irmãs de Jesus, Maria e José (IJMJ) chegaram ao Brasil no ano de 1912 (AQUINO, 2014). A congregação foi criada pela Madre Rita Amada de Jesus (1848-1913), em

24 de setembro de 1880. As IJMJ optaram por um estado brasileiro em ascensão: São Paulo. Em análise clássica, o historiador estadunidense Joseph Love (2006) considerou a partir de suas pesquisas sobre a singularidade do crescimento econômico paulista:

De início, naturalmente, foram as exportações de café que deram a São Paulo a sua prosperidade. Em 1907, a metade do café do mundo era cultivada em São Paulo (e três quartas partes em todo o Brasil). Por volta de 1920, o Estado também era o primeiro do país em produção industrial. O fato de São Paulo passar a exportar para outros Estados brasileiros em 1931 – assim continuando dali por diante – foi uma indicação importante, conquanto indireta, do seu desenvolvimento industrial. Em 1939, a indústria suplantara a agricultura em São Paulo como fator de produção (LOVE, 2006, p. 59).

Essa prosperidade paulista ensejava a demanda escolar que as religiosas esperavam e precisavam para a criação de seus colégios. Vale lembrar, ainda, que o êxito educacional das francesas Irmãs de São José de Chambery à frente do Colégio do Patrocínio fundado em Itu, no ano de 1858, fez com que as oligarquias se sentissem atraídas pela educação feminina dispensada por freiras estrangeiras (MANOEL, 1996). Inclusive esse Colégio do Patrocínio situava-se na diocese de Campinas, a mesma onde se instalaram as IJMJ. Além disso, via-se a criação desses colégios dirigidos pelas freiras europeias como um sinal de progresso e modernização do município e de toda a região.

As IJMJ chegaram em 1912, fundando um colégio ainda no mês de dezembro daquele ano. Após instalarem-se na cidade de Igarapava, no interior paulista, as Irmãs deram continuidade ao trabalho na assistência social e na educação. O empenho resultou na construção de um importante colégio na cidade de Franca no ano de 1919. Foi em Franca, anos mais tarde, que aconteceu o reconhecido milagre que conferiu à Madre Rita a beatificação.

Assim, a Madre Rita Amada de Jesus foi beatificada no ano de 2006, por conta de sua persistência na obra de evangelização e educação católica, não obstante as perseguições que sofrera no período de ataques à religião em Portugal entre 1834 e 1934. Uma santa dessa diáspora das congregações lusitanas ao Brasil. Com a implantação da República e os atos anticongregacionistas que se avolumaram, Madre Rita se refugiou em sua terra natal, Casalmendinho, de onde reagrupou suas freiras e, com a ajuda do sobrinho e conhecidos, enviou os primeiros grupos de religiosas para o Brasil entre o outubro de 1912 e janeiro de 1913. Nesse ínterim, já no Brasil, foi inaugurado o último colégio sob as ordens da Beata, em 8 de dezembro. Madre Rita morreu em 6 de janeiro de 1913 tendo cumprido a tarefa de

manter viva a obra que começara. Sua festa é celebrada em 24 de setembro, dia da fundação de seu instituto religioso. Enfim, além da beatificação da fundadora, a diáspora fez com que as Irmãs de Jesus, Maria e José se radicassem no Brasil ao ponto de escolherem a cidade de São Paulo como Sede Geral dessa Congregação – histórica e simbolicamente luso-brasileira.

Notas

* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus de Jacarezinho. E-mail: mauriaquino12@uenp.edu.br

¹ A tradução do francês para o português dos excertos do livro de Danièle Hervieu-Léger (1986) foi realizada pelo autor deste artigo.

Referências

AQUINO, Maurício de. A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX: política, religião, gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 393-415, jan./jun. 2014.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012.

AZEVEDO, Ferdinand. A volta dos jesuítas portugueses ao Brasil em 1910. In: AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar (Orgs.). **Os religiosos no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 146-177.

BEDESCHI, Lorenzo. Modernismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. 5 ed. Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 766-768.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CONCILIO de S. Paulo. **A Lanterna: folha anti-clerical de combate**. Ano IV, n. 51, p.1, 1 out. 1910. Consultado no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da UNESP, Campus Assis.

COUTO, Edilece Souza. A expulsão dos Jesuítas de Portugal pela República e a fundação do Colégio António Vieira na Bahia. In: FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís Machado de (Orgs.). **Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo**, v. 2. Lisboa, Portugal: Paulinas, 2014, p. 621-630.

DALLABRIDA, Norberto. Congregações religiosas e ensino secundário no Brasil, entre a instituição da República e a década de 1960. In: FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís Machado de (Orgs.). **Para a História das Ordens**

e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo, v. 2. Lisboa, Portugal: Paulinas, 2014, p. 207-217.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **Vers un nouveau christianisme?** Introduction à la sociologie du christianisme occidental. Paris: Cerf, 1986.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In:_____. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 177-199.

LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira – 1889-1937. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. (Orgs.). **O Brasil Republicano**: v. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MANOEL, Ivan. **Igreja e Educação Feminina (1859-1919)**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

MARQUES, António H. de Oliveira. Da Monarquia para a República. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 361-374.

MARTINA, Giácomo. **História da Igreja: De Lutero aos nossos dias – III. A Era do Liberalismo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-44.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930**, v. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 239-294.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WRIGHT, Jonathan. **Os Jesuítas: missões, mitos e histórias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

Recebido em: fevereiro de 2016.

Aprovado em: abril de 2016.